Demonstrações Financeiras

CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

31 de dezembro de 2021 com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 do CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social do CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários era composto por 306.655.906 ações (287.210.906 em dezembro de 2020), totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista CA Indosuez Wealth (Group), com sede na França. No exercício de 2021 houve nova emissão de 19.445.000 ações ordinárias, no valor de R\$ 19.445, totalmente integralizadas pelo CA Indosuez Wealth (Group).

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 61.956 (R\$ 68.573 em 2020), sem notável variação específica em seus elementos.

A carteria passiva atingiu R\$ 57.182 (R\$ 45.497 em 2020), impactada principalmente pela provisão realizada conforme descrita na nota explicativa 7.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 4,774 (R\$ 23.076 em 2020), sendo sua variação impactada, principalmente, pelo resultado do exercício.

O CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários encerrou o exercício de 2021 com prejuízo de R\$ 37.747 (R\$ 20.492 em 2020)

Gerenciamento de riscos

O CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 18.

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 26,69% (20,46% em 31 de dezembro de 2020).

Demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

,		
ı	n	lioo -
ı	HU	lice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço Patrimonial	7-8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Fabricio Aparecido Pimenta

Contador CRC- 1SP241659/O-9

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
ATIVO			
CIRCULANTE		34.237	35.993
Disponibilidades	4	342	147
Instrumentos financeiros		26.417	26.636
Carteira própria	5	26.417	2.054
Vinculados ao Banco Central do Brasil	5	-	24.582
Outros créditos		7.478	9.210
Rendas a receber	6a	1.669	2.320
Diversos	6b	5.809	6.890
NÃO CIRCULANTE		26.945	30.027
Outros créditos	6b	26.945	30.027
Diversos		26.945	30.027
PERMANENTE		774	2.553
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de uso		1.746	1.711
Outros ativos intangíveis		-	1.550
Depreciações acumuladas		(978)	(714)
TOTAL DO ATIVO		61.956	68.573

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		33.331	22.603
Outras obrigações		33.331	22.603
Fiscais e previdenciárias	7b	999	1.009
Diversas	7c	32.332	21.594
NÃO CIRCULANTE		23.851	22.894
Outras obrigações		23.851	22.894
Diversas	7c	23.851	22.894
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.774	23.076
Capital social		306.656	287.211
De domiciliados no exterior	9	306.656	287.211
Prejuízos acumulados		(301.882)	(264.135)
TOTAL DO PASSIVO		61.956	68.573

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 E semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	2º semestre	2021	2020
Receitas de intermediação financeira		944	1.342	408
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	944	1.342	408
Resultado bruto de intermediação financeira		944	1.342	408
Outras receitas (despesas) operacionais		(17.506)	(39.089)	(20.916)
Receitas de prestação de serviços	11	11.473	24.259	38.146
Despesas de pessoal	12	(15.693)	(38.037)	(32.180)
Outras despesas administrativas	13	(8.926)	(20.136)	(24.703)
Despesas tributárias	14	(3.378)	(4.414)	(2.911)
Outras receitas operacionais	15	632	1.233	1.895
Outras despesas operacionais	16	(1.614)	(1.994)	(1.163)
Resultado operacional		(16.562)	(37.747)	(20.508)
Resultado não operacional		-	-	16
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participaçõe	es	(16.562)	(37.747)	(20.492)
(Prejuízo) do período		(16.562)	(37.747)	(20.492)
(Prejuízo) por ação - R\$		(0,0540)	(0,1231)	(0,0713)

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 E semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2º Semestre	2021	2020
(Prejuízo) do período	(16.562)	(37.747)	(20.492)
Resultado abrangente total do período	(16.562)	(37.747)	(20.492)
Resultado abrangente líquido por ação básico e diluído	(0,0540)	(0,1231)	(0,0713)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 E semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	262.671	(243.643)	19.028
Aumento de capital	24.540	-	24.540
Prejuízo do exercício	-	(20.492)	(20.492)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	287.211	(264.135)	23.076
Aumento de capital	19.445	-	19.445
Prejuízo do exercício	-	(37.747)	(37.747)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	306.656	(301.882)	4.774
Saldos em 30 de junho de 2021	300.541	(285.320)	15.221
Aumento de capital	6.115	-	6.115
Prejuízo do semestre	-	(16.562)	(16.562)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	306.656	(301.882)	4.774

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 E semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2º semestre	2021	2020
	(12 - 22)	(24-)	(22 (22)
(Prejuízo) do semestre/ exercício	(16.562)	(37.747)	(20.492)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) ao caixa líquido	0.700	0.000	0.700
Provisão para gratificação	2.768	3.668	2.729
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	698	956	960
Marcação a mercado de TVM	(8)	(10)	5
Variações monetárias e cambiais	(5)	(196)	(423)
Depreciação e amortização	130	1.861	763
Atualização de depósitos judiciais	(546)	(773)	(544)
Depreciação e amortização - rateio	305	616	(516)
Processo de reestruturação - indedutível	589	7.585	11.925
Baixa de bens por descarte			42
Prejuízo ajustado do semestre/ exercício	(12.631)	(24.040)	(5.551)
Variação de ativos e passivos			
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários - TVM	2.155	230	(9.283)
Redução (aumento) em outros créditos	5.059	5.782	(2.999)
Aumento (redução) em outras obrigações	(586)	(1.139)	(5.527)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	(6.003)	(19.167)	(23.360)
Aquisição de imobilizado de uso	-	(83)	(1.192)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		(83)	(1.192)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	6.115	19.445	24.540
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	6.115	19.445	24.540
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	112	195	(12)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	230	147	159
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	342	342	147
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	112	195	(12)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

1. Contexto operacional

A CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, anteriormente denominada Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, São Paulo, Brasil. A empresa está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária do CA Indosuez Wealth Group (anteriormente denominada Crédit Agricole Private Banking) 100% com sede na França. Em 2021, o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. se desfez da posição acionária de 0,000002% que detinha até 2020.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

CA Indosuez Wealth (Brasil) S.A. D.T.V.M. consolidou-se na gestão de ativos de seus clientes através, principalmente, de fundos de investimentos e carteiras administradas. O plano estratégico está voltado à manutenção da administração dos fundos de investimento e à eficiência na performance, assim como a busca contínua de ferramentas para manter elevado nível de transparência e difusão nas informações aos clientes. Não há perspectiva de aumento da operação através de novas captações de clientes, sendo suas variações de resultados operacionais vinculados diretamente à variação das cotas dos fundos existentes.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

Atendendo às Resoluções BACEN 2, de 12 de agosto de 2020, e Resolução CMN 4.720, de 30 de maio de 2019, a instituição divulga suas demonstrações financeiras de forma comparativa com o período anterior, cabendo observar que:

- a) Os itens do Balanço Patrimonial estão apresentados em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem impacto aos valores apresentados;
- b) O Balanço Patrimonial ao final do período corrente é apresentado comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior;
- c) As demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- d) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente;
- e) As alterações acima mencionadas, não impactam o Lucro Líquido ou Patrimônio Líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em milhares de reais

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.

c) Títulos e valores mobiliários - Carteira Própria

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes, são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em milhares de reais

vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Em 2021 e 2020, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.

d) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente.

Em 2021 e 2020 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por impairment.

e) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Demais ativos e passivos

Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro do exercício excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 15% de janeiro a junho. De julho a dezembro de 2021, a alíquota da contribuição social foi 20%, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 1.034, voltando a 15% em 2022.

A DTVM não apresentou base tributável em 31 de dezembro de 2021.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias j)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

2020

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

k) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

I) Resultados recorrentes e não recorrentes

São considerados como resultado não recorrentes as receitas e despesas que não estão relacionadas as atividades da instituição, e que não estão previstas para ocorrer com frequência nos exercícios seguintes.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, os valores de resultados não recorrentes estão apresentados nas notas 12 e 13.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	342	147
Caixa e equivalentes de caixa	342	147

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

a) Títulos e valores mobiliários

a.1) Composição por classificação

	20	21	20	020
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Carteira própria	26.417	26.417	2.054	2.054
Negociação	26.417	26.417	2.054	2.054
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	26.417	26.417	2.054	2.054
Vinculados ao Banco Central do Brasil	<u> </u>	-	24.585	24.582
Negociação	-	-	24.585	24.582
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	<u> </u>	-	24.585	24.582
Total	26.417	26.417	26.639	26.636

a.2) Composição por prazo de vencimento

	2021	2020
De 3 a 12 meses	26.417	26.636
Total	26.417	26,636

a.3) Composição por emissor

	2021	2020
Títulos de Renda Fixa		
Títulos públicos LFT	26.417	26.636
Total	26.417	26.636

Em 31 de dezembro de 2021, os títulos e valores mobiliários estavam custodiados na Selic. O resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.342 (R\$ 408 em 2020).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros de Capitais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

6. Outros créditos

a) Rendas a receber

Em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora possuía registrado como "rendas a receber" no montante de R\$ 1.669 (R\$ 2.320 em 2020) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a Distribuidora administrava R\$ 4.608.842 (R\$ 6.164.730 em 2020) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i)	5.038.709	6.198.231
Fundos de investimento em ações	82.690	133.264
Carteiras administradas	1.233.331	1.410.496
Outros fundos de renda fixa	-	511.973
Subtotal de recursos de terceiros	6.354.730	8.253.964
Aplicações em fundos de investimentos da própria Distribuidora	(1.745.888)	(2.089.234)
Total líquido de recursos de terceiros	4.608.842	6.164.730

⁽i) Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento.

As receitas auferidas no exercício com a administração desses recursos totalizaram R\$ 20.952 (R\$ 30.827 em 2020) - Nota 11.

b) Diversos

	2021	2020
Circulante	5.809	6.890
Adiantamento e antecipações salariais	377	545
Adiantamento a fornecedores	-	211
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 17.a)	131	647
Pagamentos a ressarcir	101	86
Devedores diversos	78	2
Impostos e contribuições a compensar	922	934
Recuperação de processo (i)	3.948	3.870
Despesas antecipadas	217	288
Outros	35	307
Realizável a longo prazo	26.945	30.027
Impostos e contribuições a compensar	16	227
Devedores por depósito em garantia	90	87
Depósito judicial (ii)	26.839	29.713
Total	32.754	36.917

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em milhares de reais

- (i) Referente ao valor a receber sobre crédito de Adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE) de 1996, foi transitado e julgado em 2017 e está aguardando emissão de guia de levantamento pelo Estado.
- (ii) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINS no valor de R\$ 23.164 Nota 8b(i) (R\$ 22.663 em 2020) e, ISS serviços para o exterior no valor de R\$ 1.798 (R\$ 4.444 em 2020) e outros no valor de R\$ 1.877 (R\$ 2.606 em 2020) referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a Distribuidora. As atualizações monetárias dos depósitos judiciais de COFINS correspondem a R\$ 501 (R\$ 438 em 2020) e outros no valor de R\$ 235 (R\$ 100 em 2020).

A movimentação de depósitos judiciais no exercício está abaixo apresentada:

_	2021		2020			
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício	28.885	828	29.713	23.963	830	24.793
Constituições	91	55	146	4.529	-	4.529
Reversões / realizações	(3.573)	(105)	(3.678)	(50)	(19)	(69)
Atualizações (Nota 15 i)	634	24	658	443	17	460
Saldo no final do exercício	26.037	802	26.839	28.885	828	29.713

7. Outras obrigações

a) Negociação e intermediação de valores

Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar. Não foram apresentados valores em 2021 e 2020.

b) Fiscais e previdenciárias

	2021	2020
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	997	1.009
Total	997	1.009

c) Diversas

	2021	2020
Circulante	32.334	21.594
Provisão para encargos trabalhistas	2.883	3.045
Provisão para gratificação	5.756	4.595
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 17.a)	1.206	1.126
Fornecedores	175	264
Publicação	99	84
Provisão de reestruturação (i)	21.902	11.985
Outras despesas administrativas	313	495
Exigível a longo prazo	23.851	22.894
Outros passivos contingentes (Nota 8b)	23.851	22.894
Total	56.185	44.488

⁽i) Em 2021 e 2020 houve provisão, considerando as melhores estimativas, para reestruturação devido expectativa de venda da empresa. Deste montante, em 2020 foi provisionado R\$ 10.000 referente à provisão de aluguel,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em milhares de reais

com expectativa de liquidação em 2022, e R\$ 1.925 bônus de retenção de funcionários, com previsão de liquidação entre 2021 e 2023. Em 2021 houve complemento de provisão, sendo R\$ 1.260 referente à provisão de aluguel, R\$ 1.150 à provisão de plano de saúde e R\$ 7.507 complemento de bônus de retenção de funcionários.

8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 a Distribuidora não detém ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes, no montante de R\$ 23.851 (R\$ 22.894 em 2020) (nota 7c), como segue:

(i) A Distribuidora vem contestando judicialmente a legalidade de certos impostos e contribuições, principalmente recolhimento da COFINS nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essas causas, a Distribuidora mantém provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica do Balanço Patrimonial "Outras obrigações diversas" o montante de R\$ 22.650 (R\$ 22.172 em 2020), para esta contingência existem depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 23.164 (R\$ 22.663 em 2020) (Nota 6b ii), julgado suficiente pela Administração para fazer face a possíveis perdas.

Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos ao exame pelas respectivas autoridades em um período de 05 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

(ii) As contingências referentes a processos trabalhistas montam R\$ 1.201(R\$ 722 em 2020), para os quais a Administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas, para esta contingência existem depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 802.

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	2021				2020	
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo no início do período	22.172	722	22.894	21.250	684	21.934
Realizações (Nota 15)	-	(60)	(60)	-	-	-
Atualizações (Nota 15 e 16)	478	539	1.017	922	38	960
Saldo no final do período	22.650	1.201	23.851	22.172	722	22.894

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

	20	21	2020		
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado	
Riscos fiscais	22.650	22.650	22.172	22.172	
Riscos trabalhistas	1.201	1.201	722	722	
Total	23.851	23.851	22.894	22.894	

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	2021	2020
	Valor	Valor
	Reclamado	Reclamado
Riscos fiscais (i)	295	4.739
Total	295	4.739

⁽i) Em 31 de dezembro de 2021 representada pelo valor de R\$ 295 (R\$ 295 em 2020) relativo a créditos de tributos junto a receita federal. Relativo ao ISS municipal sobre receitas de exportação de serviço, não há valores em 2021 (R\$ 4.444 em 2020).

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Distribuidora.

9. Capital social e dividendos

a) Capital social

O Capital social é de R\$ 306.656 (R\$ 287.211 em 2020) e está representado por 306.655.906 (287.210.906 em 2020) ações ordinárias.

Em 16 de Março de 2021 através Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R\$287.211 para R\$ 300.540, mediante emissão de 13.330.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, equivalentes a R\$ 13.330, que foram integralizadas pelo acionista CA Indosuez Wealth Group. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 29 de março de 2021.

Em 22 de Julho de 2021 através Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R\$ 300.540 para R\$ 306.656, mediante emissão de 6.115.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, equivalentes a R\$ 6.115.000, que foram integralizadas pelo acionista CA Indosuez Wealth Group. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 05 de agosto de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c) Reserva especial de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

Em 31 de dezembro de 2021 a Distribuidora apresentou prejuízo de R\$ 37.747 (R\$ 20.492 em 2020) não constituindo reserva de lucros no período.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê, mediante assembleia geral, a possibilidade de retenção de todo lucro pela Instituição. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição de dividendos ocorre, quando aplicável, anualmente.

10. Imposto de renda e contribuição social

Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(37.747)	(20.492)
Imposto de renda - alíquotas de 15% e 10%	9.437	5.123
Contribuição social - alíquota de 15%	5.662	3.074
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Outras adições e exclusões	(447)	(341)
Variações temporárias	(4.842)	(4.195)
Crédito tributário de prejuízos fiscais não contabilizados no exercício	9.811	3.661

Em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social não contabilizados no montante de R\$ 99.811 (R\$ 90.000 em 2020), sendo R\$ 62.105 referente ao imposto de renda (R\$ 56.067 em 2020) e R\$ 37.706 referente à contribuição social (R\$ 33.933 em 2020). Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação estão limitadas a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020, os benefícios do imposto de renda e contribuição social, no montante estimado de crédito tributário, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que a Distribuidora ainda não atende aos quesitos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

estabelecidos nestas resoluções, por não apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais.

11. Receitas de prestação de serviços

	2º semestre	2021	2020
Receitas taxa de administração (Nota 6.a)	10.194	20.952	30.827
Prestação de serviços - ligadas (Nota 17)	867	2.413	5.811
Rendas de outros serviços	412	894	1.508
Total	11.473	24.259	38.146

12. Despesas de pessoal

	2º semestre	2021	2020
Honorários	(284)	(1.222)	(471)
Salários	(9.654)	(17.995)	(17.822)
Encargos	(3.890)	(7.297)	(7.351)
Benefícios	(1.722)	(3.609)	(4.151)
Salários - processo de reestruturação (i)	-	(7.567)	(1.925)
Treinamentos	(143)	(347)	(460)
Total	(15.693)	(38.037)	(32.180)
Recorrente	(15.693)	(30.470)	(30.255)
Não recorrente	-	(7.567)	(1.925)

⁽i) Refere-se à provisão para bônus do processo de reestruturação com início em 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

13. Outras despesas administrativas

	2º semestre	2021	2020
Prestação de serviços - ligadas (Nota 17)	(22)	(44)	(572)
Aluguéis	(623)	(1.139)	(1.008)
Processamento de dados	(3.057)	(6.167)	(5.255)
Serviços técnicos especializados	(2.139)	(3.930)	(2.836)
Comunicação	(90)	(183)	(243)
Viagens	(136)	(147)	(89)
Serviços do sistema financeiro	(610)	(1.381)	(2.091)
Depreciação/amortização (i)	(436)	(2.479)	(763)
Manutenção e conservação de bens	(139)	(283)	(290)
Serviços de terceiros	(50)	(181)	(219)
Transportes	(135)	(249)	(249)
Água, energia e gás	(25)	(56)	(65)
Publicações	(57)	(115)	(114)
Processo de reestruturação (ii)	(589)	(2.410)	(10.000)
Contribuições Filantrópicas	(31)	(41)	(45)
Despesas de material	(10)	(20)	(50)
Despesas de promoções e relações púbicas	(324)	(334)	(248)
Despesas de seguros	(118)	(401)	(11)
Outras despesas administrativas	(335)	(576)	(555)
Total	(8.926)	(20.136)	(24.703)
Recorrente	(8.337)	(17.726)	(14.703)
Não recorrente	(589)	(2.410)	(10.000)

⁽i) Sendo R\$ 1.862 (R\$ 247 em 2020) com despesas de depreciação e amortização e de R\$ 617 (R\$ 516 em 2020) de compartilhamento de custos de depreciação e amortização com o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. conforme contrato de rateio.

14. Despesas tributárias

	2º semestre	2021	2020
ISS (i)	(2.666)	(2.934)	(861)
COFINS	(508)	(1.014)	(1.468)
PIS	(73)	(150)	(232)
Outras despesas tributárias	(131)	(316)	(350)
Total	(3.378)	(4.414)	(2.911)

 ⁽i) Aumento representado pela adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado do ISS municipal sobre receitas de exportação de serviços.

⁽ii) Refere-se à provisão para processo de reestruturação com início em 2020, com expectativa de liquidação a partir de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

15. Outras receitas operacionais

	2º semestre	2021	2020
Reversão de provisões operacionais	5	126	836
Variações monetárias (i)	548	776	544
Variações cambiais	12	58	434
Reversão de Contingencias (Nota 8 b)	60	60	8
Outras receitas operacionais	7	213	73
Total	632	1.233	1.895

⁽i) Representada substancialmente por atualizações Selic de depósitos judiciais no montante de R\$ 658 (R\$ 460 em 2020) (Nota 6.b).

16. Outras despesas operacionais

	2º semestre	2021	2020
Despesas com atualizações de impostos e			
contribuições (Nota 8b) (i)	(815)	(1.073)	(968)
Variações cambiais	(16)	(58)	(66)
Outras despesas operacionais	(783)	(863)	(129)
Total	(1.614)	(1.994)	(1.163)

⁽i) Representada substancialmente por atualizações de contingências no montante de R\$ 1.017 (R\$ 960 em 2020) (Nota 8.b).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

17. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos das transações com partes relacionadas estavam assim representados:

	2021			2020		
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa) Variação Principal cambial		Ativo/ (Passivo) - Dez/2020	Receita/ (Despesa) Variação cambial
Disponibilidades	106	-	-	124	-	-
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	106	-	-	124	-	-
Valores a receber de ligadas (notas 6 e 11)	131	2.413	(3)	647	5.811	434
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	131	1.178	-	330	3.386	-
Crédit Agricole Suisse	-	870	-	317	1.386	399
Crédit Agricole Miami	-	365	(3)	-	1.039	33
CA CIB Paris	-	-	-	-	-	2
Outros créditos		-			290	
Fundo A de Investimento Multimercado	-	-	-	-	290	-
Valores a pagar para ligadas (notas 7 e 13)	(1.206)	(44)	3	(1.126)	(572)	(66)
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	(961)	-	-	(1.103)	(464)	-
Crédit Agricole Paris	(245)	(44)	3	(23)	(108)	(24)
Crédit Agricole Suisse	-	-	-	-	-	(12)
Crédit Agricole Miami	=	-	-	-	-	(30)

Em 31 de dezembro de 2021 os valores de rateio de custos comuns com o Banco Crédit Agricole perfaziam o montante de R\$ 12.130 (R\$ 9.380 em 2020) e foram contabilizadas nas respectivas contas de resultado na DTVM.

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a sua redução de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 6.429 (R\$ 6.430 em 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

A Distribuidora está em conformidade com a Resolução CMN 4.820, de 29 de maio de 2020, que estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração de capital próprio, ao aumento da remuneração dos administradores, à recompra de ações e à redução do capital social.

18. Outras informações

a) Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito

Os principais riscos relacionados aos Títulos e valores mobiliários – carteira própria são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultante da flutuação nos valores de mercado da variação cambial, das taxas de juros e dos preços de ações e mercadorias,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em milhares de reais

ocasionadas por fatores econômicos gerais ou específicos como alteração de legislação ou de política econômica. A consequência da existência desse risco será a possibilidade da valorização ou depreciação do capital aplicado no período compreendido entre o início e o resgate do investimento.

O processo de gerenciamento do Risco de Mercado compreende os procedimentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a respectiva comunicação das informações sobre o risco.

Primeiramente são determinados limites com o intuito de formatar os indicadores para o gerenciamento do Risco de Mercado. Os limites são alocados de acordo com a linha de negócio do produto, de acordo com a estratégia global do CA Indosuez e validados pelo *Market Risk and Liquidity Risk Committee* do CA Indosuez. A aprovação dos limites e o monitoramento do Risco de Mercado está baseado no cálculo do *Value at Risk* (VaR), do *Stress Testing* e do *Stop Loss*.

Value at Risk

O VaR é uma medida em valor financeiro que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira para um dado período de tempo e uma dada probabilidade de ocorrência (intervalo de confiança). O VaR pode ser calculado através de dois métodos: Paramétrico e Não Paramétrico. A área de RPC do CA Indosuez optou por adotar o VaR Paramétrico, seguindo a metodologia desenvolvida pelo J.P.Morgan, RiskMetrics, com os seguintes parâmetros:

- Volatilidade e matriz de correlação calculada pelo método *Exponencial Weighted Moving Average* (EWMA), também conhecido como Alisamento Exponencial, é baseado em um modelo estatístico de séries de tempo. *Time decay factor* de 0,94 (noventa e quatro centésimos) e 150 (cento e cinquenta) dias úteis de amostragem;
- Nível de confiança: de 95%;
- Intervalo de tempo: 1 (um) dia útil.

Tão importante quanto o modelo de Risco adotado é o seu grau de assertividade para garantir a qualidade dos números apresentados. Diariamente é utilizado o método de *Back Testing* para testar a eficiência e a aderência entre os ganhos/perdas diárias de uma carteira e o valor obtido através do cálculo do VaR. O número de acertos deve estar próximo do nível de confiança adotado.

Stress Test

Contudo, como o VaR é deficiente para os períodos em que ocorrem mudanças no padrão de comportamento dos dados, isto é, condições adversas de mercado, o CA Indosuez utiliza também o *Stress Testing* com os seguintes parâmetros:

- O *Stress Testing* recalcula o valor da carteira para alguns cenários de crise. São adotados cenários proprietários compilados em conjunto com o Economista-Chefe do CA Indosuez DTVM.
- Modelo de mapeamento *Full Valuation*, que decompõem cada produto em função dos seus respectivos fatores de risco e vértices de vencimento.

Stop Loss

Para os fundos de investimento aplicáveis é definido um limite para perda máxima num prazo específico, denominado como *Stop Loss*. Este limite é calculado sobre a *performance* do fundo de investimento em questão, com janela móvel nos últimos 30 dias corridos. O monitoramento é realizado diariamente. Os fundos de investimentos que estão sujeitos a este controle são os que atendem as duas premissas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Valores em milhares de reais

- Ser um FIM, FIA ou RF.
- Ser gerido pelo CA Indosuez.

Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada aos índices TR, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de *Market Risk* com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Distribuidora e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

• Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole Brasil, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no *site* www.creditagricoledtvm.com.br.

Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada a lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O CRÉDIT AGRICOLE implementou em sua Matriz e em toda a sua rede internacional um componente organizacional dedicado à avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de risco que conta com a participação de todas as áreas da instituição.

Através de reuniões regulares, a alta Administração do CA Indosuez DTVM Brasil e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial CRÉDIT AGRICOLE BRASIL discutem as conclusões do mapeamento de risco, os resultados dos indicadores de risco e de *performance*, perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional e das metodologias utilizadas encontra-se disponível no *site* www.creditagricoledtvm.com.br.

Risco Socioambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em milhares de reais

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores da DTVM atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes desenvolvimento sustentável como base para gerencialmente de risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais suas operações. Cada operação analisada sob a ótica socioambiental passa pela linha de negócios, pela equipe local de Risco de Crédito, pelo Desenvolvimento Sustentável da Matriz, pela equipe local de Compliance, pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

19. Evento subsequente

Em 26 de janeiro de 2022, o CA Indosuez Wealth Management recebeu aporte de capital no montante de R\$ 6.195, o montante foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 02 de fevereiro de 2022.

Assinaturas

Diretor: Urbano de Moraes

Diretor: Fabio Passos

Contador: José Luiz Gonzaga